



MEIO:REVISTA

CORES

P&B

TIRAGEM: 117.400

PÁGINA

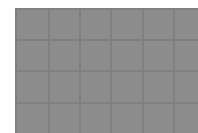
28-45

PERIODICIDADE:SEMANAL

SUPLEMENTO:

RUBRICA: ESTATÍSTICAS

DATA:17 DE AGOSTO DE 2013



PRESS MONITORING

1,5%

15,7%

74

16

ESTATÍSTICAS

**PORTUGAL
EM NÚMEROS**

As estatísticas revelam um país conhecido: trabalhadores pouco qualificados, pessoas sozinhas, mais velhas, menos encorajadas a ter filhos, sem motivação para votar. Mas também há sinais positivos. Com base no "Retrato de Portugal", da Pordata, ouvimos vinte especialistas e fomos para a rua encontrar as pessoas que dão vida aos números

TEXTOS DE **CHRISTIANA MARTINS** FOTOGRAFIAS DE **NUNO FOX**





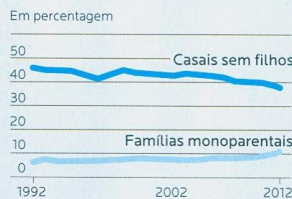
MÃE SOZINHA, VIDA PREENCHIDA

CARLA sonhava casar-se e ter três filhos. Casou-se e nasceu "Bocas", a bomboca desta professora de Geografia de 43 anos. Martin já fez nove. Vivem juntos, apoiam-se, irritam-se. São o par um do outro. E Carla é uma das muitas portuguesas que assumiram sozinhas a responsabilidade de sustentar a família. Quando o ex-marido decidiu sair de casa, Carla ficou "em estado de choque, porque era muito dependente dele para tudo, contas, logística...", recorda. Mas, separada há cinco anos, fez-se à vida. O pai de Martin nunca quis ficar com o menino e nunca se divorciaram, "por questões financeiras". Apesar da separação, o pai faz-se presente, paga as aulas de viola, a natação e a alimentação na escola. Mas é com Carla que o miúdo conta todos os dias. Ela reconhece que há dias em que a responsabilidade de liderar aquele núcleo familiar pesa, e não são poucas as noites em que fica acordada a pensar. Nestas horas, "pesa a falta de dinheiro, o trabalho todo, a falta de mais tempo para o 'Bocas', a falta de um espaço só meu". Mas "estar sozinha já não assusta" e nada supera a felicidade de ter Martin na sua vida, diz Carla.

10,5%

DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

A FAMÍLIA PORTUGUESA MUDOU. HÁ MENOS CASAIS, NÚCLEOS FAMILIARES MAIS PEQUENOS, MAIS PESSOAS A VIVER SOZINHAS E MAIS MULHERES SEM COMPANHEIROS COM QUEM DIVIDIR O PESO DAS RESPONSABILIDADES



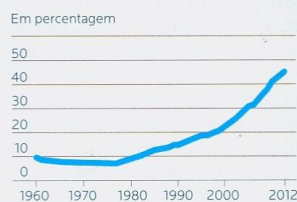
A evolução das estruturas familiares nas últimas décadas revela quatro grandes tendências, explica Sofia Aboim, investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS). "Em primeiro lugar, as famílias são mais pequenas, passando a dimensão média de 3,8 indivíduos em 1960 para 2,6 em 2011. O segundo aspeto relevante é o aumento do número de pessoas sós. Apesar de outros países europeus terem valores mais elevados, em Portugal a tendência acentuou-se em 20 anos, devido ao envelhecimento da população e às mudanças na vida



privada dos indivíduos mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados". O terceiro ponto, afirma, é o decréscimo no formato mais típico de família: o casal com filhos. Ainda que, em 2011, a maioria encaixe neste tipo (35%), são os casais sem filhos e as famílias monoparentais que registam crescimentos. E a maioria dos que lideram estas famílias são mulheres. Para a socióloga, "embora seja de salientar que, em 2011, 59% das famílias sejam constituídas por um casal, a importância crescente de outros formatos é notória".

45,6%

NASCIMENTOS SEM HAVER CASAMENTO
PORTUGAL É O PAÍS DA EUROPA DO SUL COM
PERCENTAGEM MAIS ELEVADA DE CRIANÇAS
NASCIDAS SEM UMA UNIÃO OFICIAL DOS PAIS



É nas relações familiares que as mudanças se fazem sentir em Portugal com especial destaque. Como explica a socióloga Sofia Aboim, do Instituto de Ciências Sociais, "embora a união de facto existisse no passado, sobretudo nas camadas pobres do Sul do país, no presente os significados sociais da coabitação conjugal e dos filhos nascidos fora do casamento mudaram radicalmente". É que "a par da experimentação da relação, que se tornou um valor fundamental e cada vez mais banalizado e aceite, a coabitação tem vindo a ganhar maior relevo como opção de vida, em detrimento do casamento. Esta tendência é evidenciada pelo número de bebés nascidos fora do casamento formal, que não tem cessado de aumentar, seguindo uma evolução consistente ao longo do tempo", afirma. A percentagem de crianças à margem da união oficial dos progenitores cresceu exponencialmente nas últimas duas décadas. Em 2012, 45,6% dos bebés nasceram sem que os pais tivessem formalizado este vínculo, quando, em 2000, eram apenas 22,2%. Em 2012 estes nascimentos ocorreram maioritariamente em situações em que os pais viviam em união de facto (72%) e também aumentaram ligeiramente os bebés nascidos sem coabitação dos pais. "Deve-se salientar a passagem de um modelo de transgressão face à norma do matrimónio — que estigmatizava as mães solteiras e os casais que, por motivo de pobreza ou de impossibilidade de divórcio, não se tinham casado formalmente — para a aceitação da coabitação conjugal, mesmo depois do nascimento dos filhos", conclui a socióloga.

1,28

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR MULHER
APÓS A REVOLUÇÃO DE 1974, AS
MULHERES MAIS JOVENS TIVERAM
MAIS FILHOS, MAS, DESDE ENTÃO,
A TENDÊNCIA DE QUEDA ACENTUA-SE
E OS ÚLTIMOS DOIS ANOS AGRAVARAM
DRÁSTICAMENTE A SITUAÇÃO



Nos países europeus onde mais precocemente diminuiu o índice de fecundidade, como a Letónia ou a Hungria — os únicos com média inferior à portuguesa —, aumentou recentemente o número médio de filhos por mulher. "A inversão da tendência deve-se, sobretudo, à recuperação dos nascimentos adiados, com mulheres ainda em idade fértil. Mas, em Portugal, os casais continuam a adiar o segundo filho, e até o primeiro, para um momento mais favorável (maior rendimento, estabilidade profissional, melhores condições de vida), na expectativa de um futuro melhor", explica Filomena Mendes, professora da Universidade de Évora e presidente da Associação Portuguesa de Demografia. "A crise económica e financeira condicionou e alterou os planos traçados. Motivado pelo aumento do desemprego, da precariedade, pela queda do rendimento das famílias, pela diminuição dos níveis de bem-estar e pelo aumento exponencial da incerteza face ao futuro, o adiamento continua. E favoreceu um aumento fortíssimo da emigração dos portugueses em idade de casar e ter filhos. E a emigração não só fragiliza a estabilidade das relações conjugais, decisiva na intenção de ter filhos, como os casais que emigram irão ter filhos noutros países", alerta esta investigadora.

REVISTA 17/AGO/13

20,8%

TAXA DE ABANDONO ESCOLAR PRECOCE
A DESCIDA CONSISTENTE DO NÍVEL DE ABANDONO ESCOLAR, AINDA MUITO LONGE DA MÉDIA DA UE (12,8%), NÃO ESCONDE O ENORME ESFORÇO A FAZER PARA ASSEGURAR A MELHOR QUALIFICAÇÃO DOS PORTUGUESES



Para Maria de Lurdes Rodrigues, ex-ministra da Educação, a redução do abandono escolar foi "resultado da aplicação continuada de políticas de melhoria do funcionamento das escolas e de redução do insucesso escolar". A atual presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) afirma que "tiveram particular influência a reforma do ensino secundário de 2003, a generalização nas escolas públicas de cursos profissionais desde 2006 e o programa Novas Oportunidades". Quando compara a evolução de Portugal com a da UE, verifica que "estamos entre os que mais progrediram, tendo recuperado melhor que Espanha ou Itália, com pontos de partida semelhantes". Maria de Lurdes Rodrigues sublinha que, no conjunto, os dados sobre educação "permitem contrariar dois mitos sobre esta área em Portugal: que falhou e que temos 'doutores' a mais. O progresso foi enorme, mas o esforço tem de continuar." E avisa: "As ruturas nas políticas públicas terão consequências negativas."



TENTAR APAGAR O FOGO DA FALTA DE FORMAÇÃO

É COM sede de futuro que Pedro Ferreira vai trabalhar. A sua função nos Bombeiros Voluntários do Seixal é encher extintores, tarefa de responsabilidade e algum risco. Mas nem sempre o futuro pareceu estar ao alcance deste jovem de 20 anos. Pedro só tem o nono ano de escolaridade e é um dos casos que enche de vida as estatísticas sobre o "abandono precoce de educação e formação", designação técnica para quem desiste de estudar antes de concluir o ensino obrigatório. Atualmente,

é assíduo e pontual. Quer voltar a estudar e seguir a área de Saúde. Já assinou contrato com os bombeiros, fez a recruta e, no segundo semestre, começa a andar nas ambulâncias. A sua missão, diz, é "ajudar os outros", como já alguém o ajudou. Em 2010 deram-lhe a oportunidade de concluir o nono ano num programa especial. Até então tinha sido expulso de várias escolas por absentismo e mau comportamento e era dos "mais referenciados" na listagem inicial do projeto Abandono Zero, que decorreu em Sesimbra até 2012. Vinha de uma família complicada e era um "caso perdido". Abriu a porta às mediadoras sociais e nunca mais a fechou. Sabe que lhe falta formação, mas promete: "É só o início."

16,9%

POPULAÇÃO FEMININA COM O ENSINO SUPERIOR

OS JOVENS APOSTAM NO ENSINO SUPERIOR, MESMO SEM PERSPECTIVAS DE EMPREGO, PORQUE A QUALIFICAÇÃO É ENCARADA COMO UMA SAÍDA PARA A CRISE. E AS MULHERES SÃO QUEM MAIS INVESTE



A percentagem da população com ensino superior completo passou, na última década, de 8,4% para 14,8%. E, se considerarmos a informação estatística relativa apenas aos mais jovens (30 a 34 anos) e numa perspectiva comparada, verificamos que temos uma situação mais próxima da dos países da UE: em Portugal são 27,2%, sendo a média dos países da União Europeia 35,8%. "As melhorias alcançadas neste indicador são o resultado de diferentes medidas em torno das quais se mobilizaram as instituições de ensino superior. O processo de Bolonha, iniciado em 2001, o programa para maiores de 23 anos, as estratégias de melhoria do sucesso dos alunos e os programas de bolsas e de ação social escolar são apenas algumas dessas iniciativas", garante a ex-ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues. Neste contexto, o mais interessante é o percurso das mulheres. Da população masculina com mais de 20 anos que reside em Portugal, 12,4% têm o ensino superior completo, mas 16,9% das mulheres têm o mesmo grau educativo. Entre os doutorados, as mulheres são mesmo a maioria (56,1% do total). Sinais da aposta decisiva que elas fazem na própria qualificação, mesmo em terrenos ainda maioritariamente masculinos.



ELAS CHEGARAM PARA FICAR

DIANA Ribeiro sempre gostou de números e, desde o Secundário, sabia ao que ia. Saiu da Madeira para se tornar uma das alunas do curso do Instituto Superior Técnico onde há menos raparigas matriculadas: Engenharia Informática. Está no terceiro ano e, desde que chegou, viu várias colegas ficarem pelo caminho. Eram 22, numa turma de 170 e, ao fim de um mês, já só eram 15. Atualmente, são apenas 12. Se tivesse de escolher uma figura pública como referência, apontava para um homem: Mark Zuckerberg, criador do Facebook. Também ela gostava de criar uma aplicação para smartphones e seguir investigação. E não tem dúvidas de que, cada vez mais, as mulheres vão andar por territórios até agora masculinos.

REVISTA 17/ACO/13

129

IDOSOS POR CADA 100 JOVENS

HÁ EM PORTUGAL MAIS IDOSOS QUE JOVENS E, ENTRE OS MAIS VELHOS, 47,9% TÊM 75 ANOS OU MAIS. E POR CADA 100 PESSOAS EM IDADE ATIVA, APENAS 22,5% TÊM MENOS DE 15 ANOS. O ENVELHECIMENTO EM PORTUGAL JÁ SE TORNOU UM ASSUNTO DE ESTADO



O número de idosos ultrapassou o de jovens em 2001 e todos os anos são atingidos novos recordes. Em 2012, existiam 129 idosos por cada 100 jovens. E já quase metade dos idosos tem 75 ou mais anos. "O envelhecimento demográfico apresenta uma dimensão mundial e a Europa, o "continente grisalho", é a região mais envelhecida do planeta. Este processo demográfico começou no contexto europeu e em Portugal os sinais de envelhecimento da população foram mais tardios, mas foi também um país com mudanças da estrutura etária extremamente rápidas, tornando-se um dos mais envelhecidos do mundo", explica Maria João Valente Rosa, demógrafa, professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. "O envelhecimento demográfico, pelas causas que o motivaram, significa sucesso social. Quem não gosta de viver mais tempo? Se o envelhecimento se está a tornar preocupante em termos económicos e sociais, o problema não está nos factos demográficos, mas na organização da sociedade, cristalizada no passado, que nada tem a ver com as exigências do presente e muito menos as do futuro", alerta a mesma especialista, diretora da Pordata.

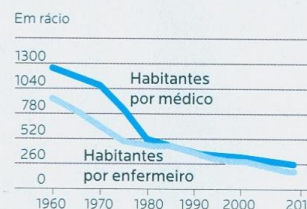
163,7

HABITANTES POR ENFERMEIRO

246,7

HABITANTES POR MÉDICO

AS MÉDIAS DOS RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE NÃO SERÃO AS MAIS DESCONFORTÁVEIS PARA O PAÍS, MAS A PRÁTICA PROVA QUE HÁ ÁREAS MUITO CARENCIADAS



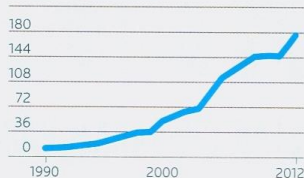
"Portugal ocupa, hoje, uma posição cimeira no que se refere ao número de médicos inscritos na respetiva Ordem entre os países mais industrializados, uma vez que, por cada mil habitantes, há 4 médicos, o que traduz a relação de 250 habitantes para um médico. Este indicador é notoriamente melhor do que a média de 3,2 no conjunto dos países que integram a OCDE", analisa o diretor-geral da Saúde, Francisco George. Para este responsável, "é, no entanto, de certa forma paradoxal reconhecer que o cidadão comum perceciona outra realidade. Mas a verdade é a existência atual do dobro de médicos por habitantes do que havia em 1980 e mais do que o quádruplo do que em 1970. A evolução é clara no sentido do progresso", sublinha. Mas também vê o outro lado da moeda: "É verdade que a distribuição não é equilibrada. Há excesso de concentração de médicos nos grandes centros urbanos, especialmente do litoral, em contraste com a periferia e o interior, onde existe manifesta falta. Há um desafio de reduzir esta inaceitável assimetria que não pode ser ignorado". Diz ainda que, "tal como sucede com os médicos, também o número de enfermeiros tem tido uma evolução marcadamente positiva, traduzida pela duplicação desde 1990 e o triplo desde 1980". Recorda ainda a acentuada progressão do número de médicos dentistas (10 vezes mais do que em 1990) e diz que "os progressos têm sido igualmente notáveis nas outras profissões, como os farmacêuticos, que também duplicaram em 20 anos".

31

175

MIL PENSIONISTAS DA SEGURANÇA SOCIAL POR REFORMA ANTECIPADA

Número de pensionistas



62,5

IDADE MÉDIA DE REFORMA NA SEGURANÇA SOCIAL

A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE PENSÕES DE REFORMA É UM DOS NÓS DESTA CRISE. CADA VEZ HÁ MAIS PENSIONISTAS E A SOLUÇÃO PODERÁ PASSAR PELA FLEXIBILIZAÇÃO DAS IDADES DA REFORMA



A idade média de reforma em Portugal é de 62,5 anos pela Segurança Social e de 60,1 na Caixa Geral de Aposentações, números com especial relevância num país cada vez mais envelhecido. O investigador Manuel Villaverde Cabral, diretor do Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa, defende por isso o fim de um limite mínimo para a idade de reforma. A alternativa é a adoção de um número mínimo de anos de desconto. "A idade média da reforma em Portugal fixa-se nos 62 anos. Em 2012 pode ter descido aos 61, porque muitas pessoas pediram reforma antecipada. Mas, embora continue mais alta que na Europa, a idade média no país tem diminuído, enquanto internacionalmente a tendência é aumentar", explica. Há que sublinhar justamente o aumento do número de pensionistas devido às reformas antecipadas. Assim, "do ponto de vista da sustentabilidade do sistema de pensões e reformas, um dos nós centrais a desatar pela atual crise, pouco ou nada se mexeu na enorme despesa, à parte da legislação de 2007, que introduziu o 'fator de sustentabilidade' para corrigir a maior esperança de vida das últimas gerações", avisa.



O MELHOR CUIDADO ESTÁ NOS DETALHES

QUEM passa por um momento em que a saúde falta e a coragem esmorece, mais do que estatísticas, quer é atenção. E os anos de prática de Maria José Pacheco, enfermeira especializada em cuidados paliativos no Algarve, já foram suficientes para ensinar que não é possível ir a todas as situações com a mesma qualidade. É por isso que as análises sobre o número de enfermeiros em Portugal não a satisfazem. Em luta contra o aumento para 40 horas semanais de trabalho na enfermagem, participou, como sindicalista, numa vigília à porta do Ministério da Saúde. Escolheu a profissão pela expectativa de emprego certo e descobriu um enorme amor à causa. Maria José cuida de quem está na fase final da vida. Leva técnica e muita atenção aos detalhes. "Aprendi que o lado humano faz toda a diferença para quem está a morrer", ensina.



OLHAR PARA A SAÚDE PELO LADO DO COLETIVO

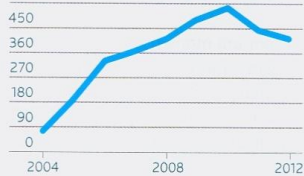
HUGO Esteves é o retrato da Saúde Pública, a especialidade que escolheu na Medicina: aborda a saúde de um ponto de vista global. Professor na Universidade de Medicina de Lisboa e sindicalista, reconhece que os rácios nacionais sobre os recursos humanos da Saúde estão de acordo com a média europeia, mas alerta para a falta de planeamento, assimetrias regionais e entre as especialidades e para o grande desequilíbrio geracional. Os médicos de Saúde Pública pensam de forma macro, partindo do grande para resolver o individual. E Hugo Esteves reconhece: "É uma área altruísta, onde a satisfação é a possibilidade de transformar a sociedade. O nosso problema é que os resultados demoram a aparecer." É talvez por isso que, numa turma de 115, apenas ele e outro médico tenham optado pela Saúde Pública.

REVISTA 17/AGO/13

420.022

BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO
É CONTRADITÓRIO, MAS À MEDIDA QUE A CRISE SE APROFUNDA
E AS CARÊNCIAS DA POPULAÇÃO AUMENTAM, DIMINUI O NÚMERO
DE BENEFICIÁRIOS DESTA APOIO SOCIAL

Número de beneficiários



“O número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) parece evidenciar uma tendência para a subida nos governos PS e uma manutenção ou descida nos de centro/centro-direita. E a aparente associação entre o número de beneficiários e os partidos no poder não pode deixar de refletir diferentes prioridades no combate à pobreza e à exclusão social”, afirma Carlos Farinha Rodrigues, professor do Instituto Superior de Economia e Gestão. O investigador explica ainda que esta evolução “tam-

36



QUANDO JÁ NÃO HÁ OUTRA ALTERNATIVA

CHAMA-SE Andreia, mas o apelido e o rosto ficam resguardados, porque, diz, não é fácil assumir a condição de beneficiária do RSI. Um pudor tão mais estranho quando se pensa que a história de Andreia é igual à de muitas outras mulheres, sozinhas, sem qualificação específica e que contam apenas com este apoio social para ajudar a família a subsistir. No seu caso, tudo começou há oito anos, quando se separou do pri-

bém não pode ser dissociável do comportamento dos principais indicadores de pobreza”. E avisa que, desde 2010, “assiste-se a um recuo das políticas destinadas ao combate às situações de maior precariedade social, que tem como pano de fundo o esforço de contenção orçamental, mas que vai muito para além disso. Presenciamos a introdução de cortes generalizados nos benefícios, a estigmatização de políticas como o RSI e a substituição da política social, baseada em direitos e deveres, por uma política assistencialista, que tende a desresponsabilizar o papel do Estado no combate à exclusão”. Para constatar: “Apesar da crise que o país atravessa potenciar o incremento do número de beneficiários, pelo forte agravamento do desemprego e pela redução dos rendimentos, este reduziu-se significativamente.”

meiro marido e, com uma filha e sem apoio familiar nem pensão de alimentos, Andreia teve de encontrar uma saída. Uma amiga falou-lhe do RSI, mas foi preciso tentar três vezes até ver aprovada a sua candidatura. Entretanto, deixou de pagar a renda e perdeu a casa onde vivia. Apenas com o oitavo ano de escolaridade e com um problema de saúde, foi acolhida por uma prima e é com os esporádicos serviços domésticos que tem completado o rendimento. Encontrou um novo companheiro, de quem já se separou, e teve mais dois filhos. E, entretanto, o seu RSI minguou de 389 para 260 euros.

14,3%

POPULAÇÃO EMPREGADA A TEMPO PARCIAL

FALTA DE FLEXIBILIDADE LIMITA A POSSIBILIDADE DE CONSEGUIR NOVO EMPREGO

Média UE em percentagem



A diminuta utilização do trabalho a tempo parcial em Portugal tem de ter presente o baixo valor do salário mínimo nacional (485 euros, cerca de metade do do Reino Unido), assim como do salário médio. E, por outro lado, como afirma Gonçalves da Silva, especialista em legislação laboral, “algum despreparo na gestão leva a que muitos empregadores encarem o trabalho a tempo parcial com pouca naturalidade”. Há que ter em conta ainda que os horários assumem especial relevância conforme o género do trabalhador. O advogado explica que, “olhando para as diferenças entre os sexos, seguramente não serão alheios dados como a existência de tarefas tradicionais da mulher no seio familiar e as falhas ou elevados custos dos equipamentos sociais (creches, jardins de infância)” com efeitos na empregabilidade feminina.

54,2%

DESEMPREGADOS À PROCURA DE EMPREGO HÁ MAIS DE UM ANO

O CRESCIMENTO DO DESEMPREGO EM PORTUGAL TORNOU-SE ESTRUTURAL E, COM UM MERCADO DE TRABALHO MUITO FECHADO, QUEM SAI TEM GRANDE DIFICULDADE EM VOLTAR A ENCONTRAR NOVA OPORTUNIDADE



EM FRENTE, SEM EMPREGO MAS COM GARRA

A ÚLTIMA vez que Marta encontrou trabalho foi em setembro de 2012. Em casa, os filhos gémeos não percebem o que atormenta a mãe, divorciada, 41 anos. Todos os dias, deixa os meninos, de cinco anos, na escola e volta para casa mais circunspecta. Senta-se ao computador e procura emprego. Em dez meses foi a duas entrevistas. O último trabalho foi numa empresa de familiares, a recibos verdes. Resultado: quando acabou, ficou sem direito a subsídio de desemprego. Estudou Turismo e Psicologia, mas não terminou nenhum dos cursos. No primeiro emprego — que a fez abandonar o curso quando lhe faltava apenas uma disciplina para acabar a licenciatura — teve direito a contrato. Depois, foram trabalhos a recibos verdes e foi acumulando uma dívida à Segurança Social, que já saldou. Engravidou aos 36 anos, a gestação de risco obrigou-a a ficar hospitalizada e o contrato que tinha na altura não foi renovado. Desde então, tem-lhe valido a família. “Pequena, mas de muita qualidade”, sublinha. Excluída dos apoios, limitada pelos horários das crianças, Marta enfrenta o futuro como consegue: com sorrisos e “muitas noites sem dormir, a pensar no amanhã.”



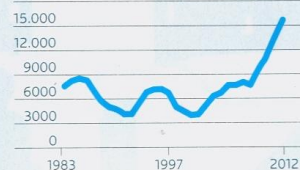
O país já se acostumou às notícias: o desemprego cresce desde finais da década de 90. Mas a análise do economista Mário Centeno torna tudo ainda mais evidente: “Após cada fase recessiva, o nível não recupera para os valores anteriores. A duração do desemprego também aumenta de forma continuada. Hoje em dia, um em cada dois desempregados está há mais de um ano à procura de emprego. O seu acesso ao mercado de trabalho encontra-se vedado.” E Centeno põe o dedo na ferida ao explicar a gravida-

de da situação do mercado de trabalho em Portugal: “Desenvolvemos duas barreiras quase intransponíveis. A primeira impede o acesso dos trabalhadores a posições estáveis. Apenas 15% dos contratos a prazo são convertidos em permanentes. A segunda estigmatiza os desempregados, afastando-os das empresas. Os baixos níveis de qualificações reforçam-se nos dois processos e torna estas barreiras cada vez mais inacessíveis.” Está feito o diagnóstico para aquele que é considerado o pior problema do país.

15,7%

TAXA DE DESEMPREGO
MAIS DO QUE ESTATÍSTICA,
É UM DRAMA NACIONAL

Desempregados ativos



“Na generalidade das economias desenvolvidas, a recuperação do mercado de trabalho após a recente crise financeira tem-se caracterizado por um período prolongado de perda de emprego e de aumento da duração do desemprego. Portugal não é exceção. No caso português acrescentam problemas estruturais decorrentes do deficiente quadro institucional que caracteriza o mercado de trabalho. Numa palavra, a sua segmentação”. É assim que o economista Mário Centeno aborda o desemprego em Portugal. “O nível de emprego atual é inferior ao de meados da década de 90, tendo-se fragmentado. O emprego para a vida está em regressão. Os mais jovens têm dificuldade em conseguir um emprego estável. Chegam aos 35 anos com currículos longos, mas pouco consistentes. A sua taxa de desemprego é elevada, mas a duração do desemprego ‘ainda’ é reduzida. Mas os mais velhos não estão imunes à rotação. Se em 1994 cerca de 40% dos trabalhadores do sector privado com mais de 45 anos estava há mais de 20 anos na mesma empresa, hoje esse número não ultrapassa 20%. E o peso dos que tinham emprego há menos de dois anos aumentou de 10 para 20%”, explica.

37

REVISTA 17/AGO/13



VIDA ADIADA ATÉ QUE SE FAÇA JUSTIÇA

NINGUÉM pensa ter um acidente vascular cerebral aos 38 anos, mas, se acontece, e se se perde a capacidade de trabalhar, é preciso encontrar soluções de subsistência. Maria José Simões passou pela experiência. Licenciada em Informática, com duas filhas, limitada física e psicologicamente, vendeu a casa em que morava, foi viver para perto dos pais e, com um empréstimo bancário, comprou uma loja para alugar e viver deste rendimento. Entretanto, a escritura definitiva nunca foi assinada: o empreiteiro saiu de Portugal e a obra ficou inacabada. Há dez anos, Maria José pediu a resolução do contrato promessa de compra e venda e receber o dobro do que tinha pago, como estipula a lei. Três anos mais tarde foi decretada a falência do empreiteiro e o património arrestado. O processo encaixou no Tribunal de Comércio de Lisboa. Entretanto, Maria José já voltou a conseguir falar e trabalhar, mas o processo, de 14 volumes, continua por resolver. E ela promete que não desiste: quer justiça.

200,5%

TAXA DE CONGESTÃO DOS TRIBUNAIS JUDICIAIS

O MODELO JUDICIÁRIO PORTUGUÊS PRECISA DE SER MODERNIZADO PARA PODER TORNAR-SE MAIS EFICAZ. NINGUÉM DUVIDA QUE, TAL COMO ESTÁ, NÃO CONSEGUE RESPONDER ÀS NECESSIDADES DA SOCIEDADE

Número de processos pendentes



A justiça é um problema crónico? Para Maria José Morgado, diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, esta é “uma história má”, com três causas estruturais. Primeiro, temos “um modelo de governo judiciário caduco, gastador, burocrático e ineficaz e, em vez da modernização da organização, da criação de um sistema informático, foi mais fácil publicar cornucópias de reformas dos códigos, não planificadas e fora da vida”. A segunda causa é “a falta de correta avaliação do desempenho profissional, potenciando a confusão entre a independência judicial e a

captura corporativa”. Por último, a existência de “um sistema de governo dividido entre o controlo dos recursos humanos pelos Conselhos Superiores das Magistraturas e o controlo do aparelho burocrático pelo Ministério da Justiça gera desresponsabilização mútua e total de magistrados e políticos”. Assim, “a justiça continuou fechada sobre si mesma e desajustada das necessidades da sociedade portuguesa”. Aproveita para fazer a pergunta decisiva. E a responder: “Um Estado de Direito deficiente produziu uma justiça ineficaz ou o contrário? Nunca o saberemos.”

REVISTA 17/AGO/13



27.648

EMPRESAS CONSTITUÍDAS

A NECESSIDADE DE DAR RESPOSTA AO DESEMPREGO CRIA EMPRESAS, MAS A REDUÇÃO DO CONSUMO E A DIFICULDADE DE OBTER CRÉDITO DISSOLVEM AINDA DEMASIADAS SOCIEDADES

Valor em unidades



Quando a economia corre mal, a tendência é para os indicadores serem observados do ponto de vista mais pessimista. Mas Daniel Bessa, ex-ministro da Economia do Governo António Guterres, prefere outra abordagem. "Não quero desvalorizar as mais de 40 mil empresas dissolvidas em 2008, quase tantas como as que foram criadas em 2001. Nem o aumento do número de empresas dissolvidas a partir de 2008, os empregos perdidos, os dramas que conhecemos e podemos imaginar. Gostaria de valorizar, mesmo assim, as empresas que continuam a ser criadas (27.648 no ano passado), de novo acima do número de empresas dissolvidas." Para o economista, o que importa é "a iniciativa e coragem das dezenas de milhares de portugueses que, em circunstâncias tão difíceis, continuam a criar empresas. E a esperança, em que todos ficamos, de que a maioria consiga vingar e, sobretudo, crescer rapidamente". Sem esquecer as 25.473 empresas dissolvidas em 2012, esta é uma forma de recordar que a economia é também resultado da gestão das expectativas da sociedade.

7506

MILHÕES DE EUROS DE EMPRÉSTIMOS A PARTICULARES

DE POUPADOS A GASTADORES, COM A CRISE OS PORTUGUESES VOLTARAM A AFORRAR. COM O CRÉDITO FÁCIL, O SONHO DA CASA PRÓPRIA HIPOTECOU O FUTURO DE MUITAS FAMÍLIAS

Em milhões de euros



"As famílias portuguesas caracterizavam-se por elevados níveis de parcimónia: em 1986, quando aderimos à CEE, a sua dívida bruta não excedia 25% do rendimento disponível, valor que subiria ligeiramente, para 30%, em 1995. A partir de então aumentou vertiginosamente, tendo ultrapassado a média da UE em 1999 e atingido 130% do rendimento disponível em 2010. Contribuiu para isso a redução das taxas de juro trazida pelo euro e a deficiente gestão do risco, tanto por parte das famílias como das instituições financeiras", analisa Daniel Bessa, atual diretor-geral da COTEC. Para o economista, os números mostram "inversão dramática a partir de 2008. Provando, a quem tivesse dúvidas, a capacidade de ajustamento das pessoas: de 2007 para 2012, o fluxo de crédito bancário ao consumo caiu 47% e o de crédito à habitação 90%". E, no que se refere ao crédito concedido por períodos muito longos, o ex-ministro diz que "o nível manter-se-á elevado, por muitos anos, continuando a constituir um problema sério para o país".

112,7%

OCUPAÇÃO EFETIVA DAS PRISÕES
NUM SISTEMA PRISIONAL SOBRELOTADO, AS CONDIÇÕES DE RECLUSÃO DETERIORAM-SE E AS POSSIBILIDADES DE REINserÇÃO SOCIAL DOS PRESOS DIMINUEM

Número de reclusos



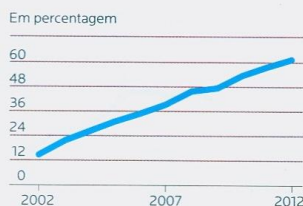
Celso Manata, ex-diretor dos Serviços Prisionais, defende que "a sobrelotação das prisões é um problema estrutural de Portugal e, durante o século XXI, só não se registou entre 2007 e 2010, devido à reforma penal realizada naquele primeiro ano". Explica que em 2007 foi anunciado "um plano que incluía a venda ou encerramento de 22 prisões e a construção de vários novos grandes estabelecimentos prisionais. Desde então, muitos foram encerrados ou vendidos, e a única prisão construída foi a de Angra do Heroísmo, que não entrou em funcionamento e tem capacidade para 300 reclusos". A taxa de ocupação das prisões voltou a aumentar e, em 2013, o problema agravou-se exponencialmente, existindo a 1 de julho 14.082 reclusos para 12.077 lugares. Contudo, sublinha, "a questão fundamental é a dimensão da população prisional, que está sobredimensionada".

A 1 de setembro de 2011, explica, "havia 119,9 presos por 100 mil habitantes, enquanto nos países nórdicos aquele número rondava os 70 reclusos. Mesmo em países mais próximos, essa taxa continua a ser inferior: 86,8 na Alemanha, 104,3 na Áustria, 107,5 na Bélgica, 93,1 na Irlanda, 69,5 nos Países Baixos, 101,2 no Reino Unido". Por isso, diz, "embora mantendo os níveis de segurança e à semelhança do registado em 2007, importa aprofundar as medidas que conduzam à redução da taxa de reclusão, através da diminuição do uso da prisão preventiva, do aumento da aplicação de medidas alternativas à prisão, do uso de vigilância eletrónica ou de uma mais alargada aplicação da liberdade condicional". Até porque, conclui, "num sistema prisional sobrelotado, as condições de reclusão deterioram-se e as possibilidades de reinserção diminuem significativamente".

61%

AGREGADOS COM LIGAÇÃO À INTERNET

UM PAÍS PREPARADO PARA ACEDER À INTERNET DE ALTA VELOCIDADE MAS COM UM NÚMERO DEFICIENTE DE CASAS EQUIPADAS COM COMPUTADORES É MAIS UM SINAL DE UM PORTUGAL CONDICIONADO PELA CRISE



Nos últimos 10 anos, o sector das telecomunicações em Portugal tem sido dos mais dinâmicos da Europa. Fátima Barros, presidente da Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom), explica que, "em 2012, 77,8% dos alojamentos estavam preparados para aceder à internet de banda larga, situando Portugal na sétima posição na UE27, à frente da Alemanha, Espanha e França, na cobertura de tecnologias de alta velocidade". E que, "desde 2002, a percentagem de alojamentos com computador passou de 27% para 66%, bastante inferior à média da UE27 (78%). Dados que explicam porque é que em 2012 só 61% dos agregados domésticos tinham ligação à internet". "Apesar da elevada cobertura de redes de alta velocidade, o número de indivíduos que subscrevem o serviço de banda larga, fixa ou móvel, é ainda muito inferior à média europeia, em parte devido à crise", analisa.

-6,4%

DÉFICE PÚBLICO EM % DO PIB

A FRAGILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS É RECORRENTE E FAZ DE PORTUGAL UMA DAS ECONOMIAS MAIS DESEQUILIBRADAS DA UE



O economista João César das Neves não tem dúvidas: "A questão orçamental é, há séculos, o grande fantasma da nossa democracia. Ao longo do século XIX e inícios do XX, a situação afiliva das finanças públicas foi um problema determinante da política portuguesa. Após a revolução de abril, a questão voltou a ser dominante. Em particular desde 1999, o país já passou por quatro emergências orçamentais e a última é uma das mais graves do pós-guerra." Para este professor da Universidade Católica, "a novidade é que, desde que entrou na CEE, Portugal vive sob a vigilância das instituições europeias, que controlam a existência e recuperação dos 'défices excessivos". Nesse quadro, sublinha que "Portugal mantém-se das economias menos equilibradas da UE, encontrando-se sob um programa de emergência financeira. Tal circunstância, cuja gravidade é inegável, ganha maior significado por revelar de novo velhos vícios financeiros nacionais".



-2.557.014.000

EUROS É O SALDO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS

A GRANDE CAPACIDADE DE AJUSTAMENTO DA ECONOMIA NACIONAL É A BOA NOTÍCIA DENTRO DE UM QUADRO MUITO NEGATIVO



Após a entrada na CEE, Portugal controlou as suas contas externas, o que foi um grande esforço, pois na década anterior o país registara duas emergências cambiais, implicando programas de ajustamento com o FMI quase consecutivos. César das Neves explica que, "depois de dez anos sem problemas de pagamentos, a partir de 1996 começou um dos piores endividamentos da história. Após 15 anos acumulando défices correntes muito elevados,

pagos por dívida crescente, em 2010 a situação fica insustentável e exige rápida inversão. O país começa o terceiro programa de emergência e, como nas vezes anteriores, a economia em poucos meses inverte a situação, atingindo em 2012 o equilíbrio da balança corrente e até da comercial". E conclui: "O peso financeiro acumulado está longe de resolução, mas o rápido equilíbrio de fluxos é das melhores notícias no triste quadro atual."



QUATRO INVESTEM CONTRA A REJEIÇÃO

DANIELA Couto, David Malta, Francisco Santos e Pedro Andrade têm todos até 30 anos e estão envolvidos na criação de algo revolucionário: um medicamento para combater a rejeição aos transplantes de medula óssea, que afeta cerca de metade dos pacientes e tem uma taxa de mortalidade de 95%. O projeto deles teve um êxito de 100% nos doentes em que foi testado. Os quatro formaram-se por cá: eles estudaram Engenharia Biológica no IST e ela Engenharia Biomédica no Minho. Conheceram-se no doutoramento do MIT Portugal e decidiram criar uma empresa, a Cell2b. Puseram dinheiro próprio, que sustentou a empresa durante ano e meio, são os acionistas maioritários e estão empenhados agora em conseguir 10 milhões de euros para avançar com os ensaios clínicos, visando a aprovação da Agência Europeia do Medicamento. Se tudo correr bem, estarão no mercado em 2017. Querem trabalhar em Portugal, mas se, para conseguir financiamento, tiverem de partir, a palavra de ordem será: "Follow the money."

1,5%

DESPESAS EM I&D EM % DO PIB
NUM PAÍS COM UM MERCADO DÉFICE EDUCATIVO, O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DOS SEUS CIENTISTAS É UMA IMPORTANTE CONQUISTA. HÁ QUE IMPEDIR OS RETROCESSOS

Rácio



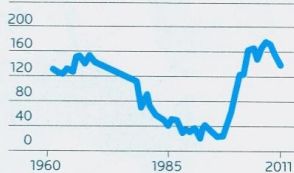
O investimento em Investigação e Desenvolvimento é um inegável sucesso nacional. José Mariano Gago, ex-ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, faz o retrato: "Em 30 anos, o número de investigadores em Portugal multiplica por 17, o investimento em investigação cresce cinco vezes mais do que o PIB, a produção científica reconhecida internacionalmente multiplica por 32, o número de patentes registadas no estrangeiro aumenta 50 vezes, há quase tantos homens como mulheres a fazer ciência, a balança de pagamentos tecnológica, sempre negativa, equilibra-se. Vencemos o atraso. Sem ciência não há agricultura ou indústria viáveis, nem exportações, saúde, ambiente, ou coesão social. A sociedade defende a ciência e confia nos cientistas. Novos jovens querem aprender as profissões das ciências." E avisa: "Há que impedir a emigração forçada da ciência! Os mais qualificados, os melhores jovens, todos os doutorados têm de poder trabalhar cá. Ou Portugal desaparecerá."

REVISTA 17/AGO/13

138,3

ESPECTADORES DE TEATRO POR MIL HABITANTES

Espectadores por mil habitantes



1313,4

IDAS AO CINEMA POR MIL HABITANTES

O NÚMERO DE PESSOAS QUE VAI AO CINEMA DECRESCIU EXPRESSIVAMENTE E O DAS QUE VAI AO TEATRO REFLETE DE IMEDIATO A SAÚDE DOS CICLOS ECONÓMICOS. SINAIS DE UMA POPULAÇÃO QUE NÃO CONSEGUE ARTICULAR SOBREVIVÊNCIA COM CONSUMO CULTURAL

Espectadores por mil habitantes



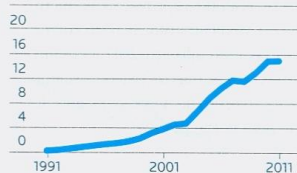
12

15,1%

RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS SELETIVAMENTE

O PAÍS AVANÇOU MUITO, MAS AINDA ESTÁ LONGE DA EUROPA, FALTANDO ACABAR COM AS DESIGUALDADES REGIONAIS E CONQUISTAR EM DEFINITIVO A POPULAÇÃO PARA A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em percentagem



“Sem surpresa, os gráficos evidenciam duas tendências que se cruzam: a do acentuado decréscimo dos espectadores de cinema no último meio século (menor número de salas, encerramento de salas fora dos grandes centros urbanos, generalização da cobertura televisiva do território nacional, proliferação de suportes alternativos — DVD, home cinema) e a do crescimento, num arco temporal de duas décadas, dos espectadores de teatro (descentralização da atividade teatral, maior proximidade das populações fora dos centros urbanos, reestruturação da rede de cineteatros nas cidades de média dimensão)”, explica António Mega Ferreira, diretor executivo da Orquestra Metropolitana de Lisboa. O jornalista e homem de cultura sublinha ainda que “a leitura dos indicadores numa perspetiva de prazo longo permite identificar patamares de sustentabilidade que se estruturaram entre 2005 e 2010, com quebra acentuada nos dois últimos anos, consequência presumível da crise do consumo interno, que é, por norma, mais sensível na dos bens culturais, considerados como superfluos pela generalidade da população e, desgraçadamente, também por boa parte da classe política”.

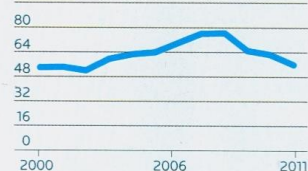
“Melhorou, mas está longe de ser satisfatório”, afirma Luísa Schmidt, do ICS. A investigadora explica: “Comparados com a média europeia, vamos a menos de meio caminho na recolha seletiva de resíduos urbanos. Em termos de educação ambiental, muito foi feito. De forma desigual, os sistemas de recolha e deposição foram construídos e os ecopontos espalhados pelo país. Mas não se potenciou a reciclagem, que tantos postos de trabalho pode criar. Muitos dos ecopontos tornaram-se microlixeiras que desmobilizam a separação. E, à exceção do vidro, praticamente não se criaram sistemas paralelos de recolha para grandes produtores de resíduos de embalagem, como a restauração.” Explica ainda que, “ao nível doméstico, falta instalar com mais profundidade conhecimentos, rotinas e dispositivos amigáveis que facilitem e promovam a separação e beneficiem quem separa. E expandir a recolha porta a porta, transformando o ‘deitar fora anónimo’ na ‘entrega quase personalizada’”.

55,8%

CIRCULAÇÃO ANUAL DE PERIÓDICOS

CONSUMIDORES POUCO LETRADOS, UMA CLASSE MÉDIA FRÁGIL E POUCA PARTICIPATIVA E APOIOS ARTIFICIAIS DO ESTADO COLOCARAM PORTUGAL NA CAUDA DA EUROPA

Rácio



Alberto Arons de Carvalho, vice-presidente do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, explica a fragilidade do consumo de periódicos. “Os autores Hallin e Mancini associam as baixas tiragens dos jornais portugueses (e dos países do sul da Europa) à ausência de desenvolvimento dos mercados dos media até meados do século XX, quando a rádio já se tornava importante e a televisão emergia. Em contrapartida, no centro e norte da Europa, a precoce emergência de uma forte classe média urbana e alfabetizada, as raízes dos grupos religiosos e ideológicos, a intensidade das divergências entre eles e a força das instituições que construíram encorajaram o desenvolvimento de uma influente imprensa, cujas tiragens eram, desde o século XIX, bem superiores. No caso de Portugal, acrescem dois relevantes fatores: a desvalorização da imprensa, em metade do século XX, como fonte de informação e entretenimento, devido à feroz censura prévia. Quando esta terminou, em 1974, já a televisão cobria todo o território nacional. E, em segundo lugar, porque se registaram até bem tarde elevadas taxas de analfabetismo e iliteracia (25,7% em 1970). No que respeita às tiragens dos jornais, Portugal está, com a Grécia, na cauda da Europa. E suspeito que os dados seriam piores se não se incluísse a imprensa regional, cuja difusão foi, desde os anos 80 até 1997, artificialmente empolada por o Estado comparticipar a 100% os custos de expedição postal para assinantes. Portugal chegou a ter uma situação invulgar: dos mais altos valores em número de jornais por habitante, mas dos mais baixos em tiragem de cada um...”



CONTRA A CORRENTE ENQUANTO PUDE

AS SUAS opiniões são firmes e fundamentadas e não basta a maioria ir numa direção para que João Ferreira de Amalal a siga. Defensor da polémica posição de que Portugal deve abandonar o euro, este economista também é dos poucos que se recusa a ter um telemóvel. Aos 64 anos, dedicado à leitura e investigação, não gosta de ser interrompido e, por isso, nunca teve um aparelho destes. Reconhece as potencialidades dos telemóveis, sobretudo os mais recentes, que permitem estar permanentemente acessível ao correio eletrónico, mas, defensor de que há hora para tudo, organiza-se para estar contactável quando necessário e não se recorda de ter perdido qualquer acontecimento relevante por falta de um telemóvel. Atento às modificações da vida contemporânea, diz que "está-se a criar uma sociedade diferente, em que as pessoas parecem ter medo de se relacionar diretamente e pensam que estar ao telemóvel não é estar-se sozinho".

74,8%

TRÁFEGO TELEFÓNICO NACIONAL NA REDE MÓVEL

CASO ÍMPAR NA EUROPA DE UTILIZAÇÃO DA REDE MÓVEL, PORTUGAL TEM TUDO PARA MANTER O DESTAQUE COM OS NOVOS SERVIÇOS DOS TABLETS E SMARTPHONES



A última década ficou marcada pela alteração significativa na distribuição do tráfego telefónico. Fátima Barros, presidente da Anacom, explica que, "se em 2002, a distribuição das chamadas entre tráfego com origem em rede fixa e móvel era cerca de 50%, em 2011 a rede fixa já só era responsável pela origem de 29% das chamadas. Esta evolução está relacionada com a elevada penetração dos serviços móveis, cerca de 158% em Portugal contra 131% de média da UE27 e que tenderá a acentuar-se com o desenvolvimento das novas redes". Sublinha, contudo, que "a tendência mais pronunciada é a diminuição do tráfego de voz, por contrapartida à subida dramática do de dados, em resultado da disseminação de smartphones e tablets e da elevada cobertura de banda larga móvel". E anuncia: "Em termos da rede de quarta geração, Portugal atingiu uma cobertura próxima dos 90%, a segunda maior da UE27, oferecendo novas possibilidades de utilização dos serviços móveis."

48,8%

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS

A VANTAGEM COMPETITIVA E AS CONQUISTAS FEITAS NÃO SE REFLETEM COMO GANHOS DA SOCIEDADE PORTUGUESA



"É indiscutível a enorme vantagem que representa hoje e para o futuro, num país altamente dependente como Portugal, a autonomia energética que as renováveis lhe trazem", afirma Luísa Schmidt, do ICS. "Numa só década criou-se um cluster internacionalmente reconhecido que, em 2011, poupou 824 milhões de euros em combustíveis fósseis e emissões. Há, contudo, um desfasamento entre esta proeza tecnológica, económica e ambiental, que elevou o país à oitava posição nos países da OCDE e quarta na UE, e o seu mediano reconhecimento público", constata. A investigadora explica que

"falta comunicação e falta o seu reconhecimento individual no consumo de energia elétrica, que só aparece semiescondido nas pardacentas faturas da 'luz'. Infelizmente, a comunicação ficou obstruída pela polémica dos subsídios que, embora importante, acabou por esconder o principal". Schmidt recorda que "mais microgeração fotovoltaica e água quente solar, mais contadores e redes inteligentes e medidas de eficiência poderiam refletir-se na sociedade de forma muito mais dinâmica, tornando-se num verdadeiro fenómeno social com impactos muito positivos a todas as escalas".

2,224

MIL MILHÕES DE EUROS DE REMESSAS DE EMIGRANTES/IMIGRANTES EM 2012

UM PAÍS QUE ENVIA PARA FORA OS SEUS CIDADÃOS E JÁ NÃO ATRAÍ TRABALHADORES ESTRANGEIROS REVELA UMA CRISE EVIDENTE



“Um país com um saldo da balança de remessas negativo e um volume de entradas reduzido (entre 0 e 1% do PIB) traduz, normalmente, um nível de desenvolvimento elevado. Não é o caso de Portugal”, afirma Jorge Malheiros, professor da Universidade de Lisboa. “A evolução do saldo das remessas entre meados da década de 90 do século XX e a atualidade conduz a três interpretações: a imagem efêmera de um país de imigração, com economia dinâmica e sociedade aberta (patente na redução dos valores entre 2001/2005 e que decorre da consolidação da presença dos trabalhadores estrangeiros que começaram a enviar mais

dinheiro para o exterior); o regresso do tradicional país de emigração, estagnado e sem projeto (visível na tendência para o incremento do saldo após 2006 e sobretudo 2009, que revela a redução da capacidade dos imigrantes para enviarem remessas porque, desempregados, empobrecem e partem); e um certo incremento nas entradas de capitais enviados pelos portugueses no estrangeiro (com a emergência de uma geografia da emigração recomposta, combinando a redução da importância da França com o aparecimento de elementos novos como Angola e a recuperação de outros como o Brasil, a Suíça ou a Alemanha)”, explica. O investigador deixa duas dúvidas: “Será Portugal capaz de mobilizar os imigrantes atuais, mais qualificados e exigentes, a contribuírem para o país com mais do que remessas financeiras? Teremos capacidade para nos recompor de modo a que as remessas sejam uma parte pequena da economia, no contexto da retoma e de migrações por opção” e não por “obrigação?”

51,8%

TAXA DE EMPREGO TOTAL E POR GÉNERO

PERSISTEM AS DIFERENÇAS CONSOANTE O SEXO DO TRABALHADOR. EM 2011, A TAXA DE EMPREGO ERA DE 60,8% ENTRE OS HOMENS E DE 47,7% ENTRE AS MULHERES

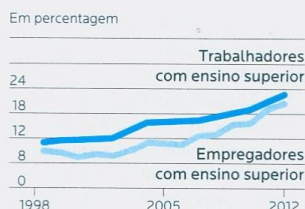


O gráfico não deixa dúvidas: há discriminação em função do sexo. Luís Gonçalves da Silva, docente da Faculdade de Direito de Lisboa e consultor da Abreu Advogados, explica: “Durante o Estado Novo, competia ao marido tomar as decisões, a mulher não podia exercer cargos políticos nem aceder a diversos sectores profissionais (como a magistratura ou a diplomacia), podendo o marido opor-se à celebração ou manutenção do contrato de trabalho relativo à mulher.” Foi preciso esperar pelo regime democrático para que se introduzissem alterações legais no sentido da igualdade, mas, como defende Gonçalves da Silva, um dos autores do novo Código Laboral, “não estamos perante um problema que se resolva por lei, como se afirma no preâmbulo do diploma de 1979, que visou concretizar a igualdade entre homens e mulheres no trabalho: ‘a igualdade consagrada na Constituição não será alcançada por mera obra da lei, tão fundas são as raízes sociais, económicas e políticas em que assenta a discriminação das mulheres’”. Estes são dados históricos, com forte influência na sociedade, que, como afirma, se repercutem na taxa de emprego: “Apesar de a igualdade estar juridicamente assegurada, na prática ainda existem traços preocupantes de discriminação, como as diferenças remuneratórias, com as mulheres a receberem 82% da remuneração média mensal de base dos homens.”

20,4

PERCENTAGEM DE EMPREGADORES COM O ENSINO SUPERIOR

A FRACA QUALIFICAÇÃO DE QUEM GERE AS EMPRESAS NACIONAIS TEM CONSEQUÊNCIAS NA MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA



“Há quem diga que somos um país de engenheiros e de doutores. Nada mais errado! A baixa escolaridade dos trabalhadores é um bom exemplo, com Portugal a ocupar o primeiro lugar da tabela entre os países da UE pelas piores razões. Mais de metade (53%) dos trabalhadores por conta de outrem possui, no máximo, o nono ano de escolaridade, quando a média da UE é de 19%. Se nos focarmos nos níveis de escolaridade dos trabalhadores por conta própria, a situação de Portugal por comparação à média comunitária ainda é mais grave: 74% não têm mais do que o nono ano. A média da UE é de um em cada quatro, o que significa que 75% da população tem o diploma do secundário ou do superior”, analisa a demógrafa Maria João Valente Rosa. Para concluir: “A razão do sucesso de indivíduos e países é a produtividade e, em plena era da informação e do conhecimento, a qualificação é um fator essencial. Por isso, o débil nível de preparação dos portugueses em geral e de certos grupos profissionais em particular, em especial da parte que deveria ter um papel dinamizador da economia, constitui um dos mais sérios bloqueios à competitividade económica e ao êxito do país.”

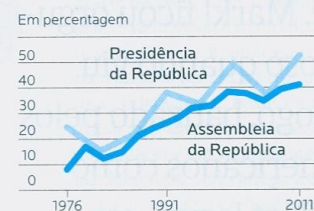


SÓ A DEMOCRACIA A DEMOVE

A REALIZAÇÃO do primeiro referendo a favor da despenalização da interrupção voluntária da gravidez motivou Lúcia Pinto, gráfica, 50 anos, a votar. Tinha chegado a altura de as mulheres marcarem uma posição de mudança, acreditava. Mas quando os resultados se tornaram públicos, não só percebeu que a sua posição tinha sido derrotada como constatou que apenas 31% do eleitorado tinha ido às urnas para expressar uma posição. "Achei que o país não merecia o meu voto e, desde então, não voltei a votar", explica. A única exceção foram as últimas legislativas: "Quería impedir que acontecesse o que se está a passar." Novamente derrotada, desiluiu-se de vez. Garante que já não volta a votar. Consciente da sua opção, recusa qualquer acusação de preguiça e, para a demover, só se algo colocasse em risco o regime democrático nacional.

52,5%

ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
O AFASTAMENTO CONSISTENTE DOS ELEITORES ESTÁ PARA LÁ DAS CRISES CONJUNTURAIS E DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS



"A tendência para o aumento da abstenção eleitoral é mais elevada em Portugal do que na maioria das democracias europeias. Após a consolidação democrática tem aumentado significativamente. No caso das presidenciais, a diferença refere-se à maior polarização entre candidatos e à escassa participação quando os presidentes se recandidatam a um segundo mandato. Mas não é claro que essa menor participação se deva à percepção da diminuição dos poderes presidenciais após a revisão constitucional de 1982", afirma António Costa Pinto, do ICS. O politólogo explica que "os diferentes níveis de participação remetem para a percepção que os eleitores têm da importância relativa do seu voto, particularmente visível na menor participação nas eleições para o Parlamento Europeu perante as legislativas nacionais". E sublinha: "A nota mais clara é a progressão regular da abstenção nas legislativas, independentemente da maior ou menor polarização ou crises financeiras. Entre a fraca ancoragem social ou ideológica do voto, volatilidade eleitoral ou relação entre níveis de educação e participação, vários fatores podem ser convocados, alguns presentes em muitas democracias, mas a sistemática progressão da abstenção em Portugal não é fácil de explicar."